

Discurso governamental: “Com o novo Ensino Médio, você pode decidir o seu futuro!”

Government Discourse: "With the new high school, you can decide your future!"

Discurso del gobierno: "¡Con la nueva escuela secundaria, puedes decidir tu futuro!"

Recebido: 15/12/2020 | Revisado: 16/12/2020 | Aceito: 16/12/2020 | Publicado: 19/12/2020

Elia Cristina Alves dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2406-9312>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Brasil

E-mail: eliasantos@iftm.edu.br

Luciano Marcos Curi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7309-0578>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Brasil

E-mail: lucianocuri@iftm.edu.br

Welisson Marques

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6766-4651>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Brasil

E-mail: welissonmarques@iftm.edu.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo a análise dos discursos que tem efeito de verdade, que foram divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Governo Federal materializados em propagandas governamentais no canal do MEC no *YouTube*. Nesse canal foi selecionado o *corpus* para a realização desta pesquisa, a propaganda governamental intitulada “Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro!” Para fundamentar teoricamente esta pesquisa pautou-se nos estudos de Michel Foucault (1995, 2014, 2018). O questionamento que norteou este estudo foi: Qual o discurso com efeitos de verdades dos macropoderes foi reproduzido nos discursos dos micropoderes materializados na propaganda “com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro” para o assujeitamento dos corpos? Após a análise, constatou-se os seguintes discursos que circularam como se fossem verdadeiros: (1) a mudança da organização referente ao Ensino Médio é algo promissor para o futuro dos alunos. (2) Os estudantes que optarem pelo itinerário formativo Formação Técnica e Profissional, ao concluir o ensino terá uma vaga imediata no mercado de trabalho. (3) O estudante poderá escolher as áreas de conhecimento do seu interesse e, assim, decidir sobre o próprio futuro.

(4) a reestruturação do Ensino Médio aconteceu em momentos de boas vibrações, pensamentos positivos e situações políticas e sociais favoráveis para atender os anseios educacionais dos jovens brasileiros. Após a investigação refletiu-se que aceitar o discurso governamental com efeito de verdade como se o discurso fosse a própria verdade é ingênuo, pois é preciso questionar sobre os discursos que são transmitidos pelos meios de comunicação.

Palavras-chave: Ensino Médio; Discurso; Verdade.

Abstract

This research aimed to analyze the speeches that have a real effect that were released by the Ministry of Education (MEC) and the Federal Government materialized in government advertisements on the MEC channel on YouTube. In this channel, the corpus was selected to carry out this research, the government advertisement entitled “With the New High School you can decide your Future!” To theoretically base this research, it was based on the studies of Michel Foucault (1995, 2014, 2018). The question that guided this study was: What was the discourse with the real effects of macropowers was reproduced in the speeches of the micropowers materialized in the advertisement “with the New High School you can decide your Future” for the subjection of the bodies. After the analysis, the following speeches were found to circulate as if they were true: (1) the change in the organization related to high school is promising for the future of students. (2) Students who choose the Technical and Professional Training formative itinerary, upon completing their education, will have an immediate place in the job market. (3) The student will be able to choose the areas of knowledge of his interest and, thus, decide on his own future. (4) the restructuring of secondary education took place in moments of good vibes, positive thoughts and favorable political and social situations to meet the educational desires of young Brazilians. After the investigation, it was reflected that accepting governmental discourse with truth effect as if the discourse were the truth itself is naive, since it is necessary to question the discourses that are transmitted by the media.

Keywords: High School; Discourse; Truth.

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo analizar los discursos que tienen un efecto real que fueron difundidos por el Ministerio de Educación (MEC) y el Gobierno Federal materializados en anuncios gubernamentales en el canal MEC en YouTube. En este canal se

selecionó el corpus para realizar esta investigación, el anuncio del gobierno titulado “¿Con la Nueva Preparatoria puedes decidir tu Futuro!” Para fundamentar teóricamente esta investigación, se basó en los estudios de Michel Foucault (1995, 2014, 2018). La pregunta que orientó este estudio fue: ¿Cuál fue el discurso con el efectos reales del macropoderes se reprodujo en los discursos de los micropoderes materializados en el anuncio “con la Nueva Preparatoria puedes decidir tu Futuro” para el sometimiento de los cuerpos? Tras el análisis, se constató los siguientes discursos que circularon como si fueran ciertos: (1) el cambio en la organización con respecto al Bachillerato es prometedor para el futuro de los estudiantes. (2) Los estudiantes que opten por el itinerario formativo de Formación Técnica y Profesional, al finalizar sus estudios, tendrán un lugar inmediato en el mercado laboral. (3) El alumno podrá elegir las áreas de conocimiento de su interés y, así, decidir sobre su propio futuro. (4) la reestructuración de la educación secundaria se llevó a cabo en momentos de buen rollo, pensamientos positivos y situaciones políticas y sociales favorables para satisfacer los deseos educativos de los jóvenes brasileños. Tras la investigación, se reflejó que aceptar el discurso gubernamental con efecto de verdad como si el discurso fuera la verdad misma es ingenuo, ya que es necesario cuestionar los discursos que se transmiten por los medios.

Palabras clave: Bachillerato; Discurso; Verdad.

1. Introdução

A produção dos discursos acontece em uma determinada época e tem como função principal atender a uma demanda daquele contexto histórico específico. Os discursos que emanam do poder tem uma função estratégica dominante para criar certas “verdades”.

Nesse sentido, após o *impeachment* da Presidente do Brasil Dilma Vana Rousseff (filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, legitimamente eleita pelo voto popular, em 2014, para exercer seu segundo mandato presidencial), Michel Miguel Temer Lulia, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi empossado para o cargo para a presidência do Brasil.

Após assumir o poder, no dia 31 de agosto de 2016, o presidente da República, Michel Temer e seus aliados disseminaram discursos com efeitos de verdade¹ sobre a necessidade da reestruturação do Ensino Médio. O poder governamental pulverizou discursos com efeitos de

¹ O discurso com efeito de verdade é emanado como se fosse a própria verdade.

verdade, pela sociedade, defendendo a urgência das mudanças sobre o Ensino Médio por meio da Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016.

Para a subjetivação e o assujeitamento dos corpos (dos espectadores/enunciatórios), o MEC e o Governo Federal lançaram diversas propagandas com discursos sobre a reorganização do Ensino Médio, denominado em seus discursos de “novo” Ensino Médio. No contexto histórico, entre a MP nº 746/2016 e a Lei que essa medida originou, foram disseminadas, constantemente, por diversos meios de comunicação, propagandas governamentais. Nesse sentido, selecionamos uma propaganda para análise neste artigo.

Para que houvesse a aprovação da MP nº 746/2016, o MEC e o Governo Federal não pouparam esforços, nem mesmo recursos monetários. De acordo com dados do MEC (2017), do dia 01/01/2017 a 31/01/2017, foram gastos com diversas publicidades um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e um reais e sessenta e oito centavos (R\$ 1.984.401,68).

Estrategicamente, o MEC e o Governo Federal, nos anos de 2016 e 2017, no surgimento do texto da MP nº 746 e da promulgação da Lei nº 13.415, disseminaram diversas propagandas governamentais sobre a reestruturação do Ensino Médio por diferentes meios de comunicação; cita-se, por exemplo, as redes televisivas, o canal do *YouTube*, o *Facebook*, os programas de entrevistas, entre outros.

Diante desse contexto histórico, o presente artigo propõe responder ao seguinte questionamento: Qual o discurso com efeitos de verdades do macropoderes foi reproduzido nos discursos dos micropoderes materializados na propaganda “com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro” para o assujeitamento dos corpos (dos expectadores)? Para responder a esse questionamento fundamentamo-nos teoricamente nos estudos de Michel Foucault (1995, 2018).

2. Metodologia

Este artigo é parte de uma pesquisa maior realizada em um curso de Pós-Graduação em Educação Tecnológica no Brasil. Sendo assim, foi selecionada, para análise, uma propaganda, conforme mencionado acima, e intitulada “Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro”. Ela foi publicada pelo Ministério da Educação (MEC) em seu canal no *Youtube* no mês de janeiro de 2017. Essa propaganda foi, também, amplamente divulgada na mídia televisiva.

O MEC e o Governo Federal difundiram a propaganda sobre o “novo” Ensino Médio para que a população brasileira aceitasse e aprovasse-a sem resistências. A mudança na legislação educacional proposta na Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016, foi transformada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017².

De abordagem eminentemente qualitativa (Koche, 2011), foi utilizada a Análise do Discurso francesa de orientação foucaultiana, mais especificamente a noção de poder e de sujeito, como ferramenta teórico-metodológica para a realização das análises. Sendo assim, foram feitos recortes da propaganda selecionada, e os excertos foram analisados à luz da teoria adotada (Pereira et al, 2018).

Nesse sentido, as análises foram norteadas pelos princípios da Análise do Discurso e pela formação discursiva “Novo Ensino Médio”, buscando elementos do discurso, seus sentidos, e as relações de poderes entre o enunciador e os enunciatários, e que indiquem o que, de fato, no interior desses discursos há de “novo” nesta proposta governamental. As análises também foram norteadas pela pergunta de pesquisa: Qual o discurso com efeitos de verdades dos macropoderes foi reproduzido nos discursos dos micropoderes materializados na propaganda “com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro” para o assujeitamento dos corpos?

3. A Noção de Sujeito em Foucault

Foucault (1995, p. 231) expõe que teve como objetivo criar uma história das diferentes maneiras pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos na sociedade moderna. Para o autor, o sujeito está subjugado ao outro pelo controle e pela dependência; o sujeito está subjugado, acorrentado a uma forma de poder que o constitui como sujeito assujeitado, isto é, um indivíduo que obedece às regras do discurso de poder sem questionamentos críticos.

Foucault (2018, p. 282) argumenta que “existem múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade [...] múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social”. Os discursos, com efeitos de verdades, buscam a constituição do sujeito foucaultiano que é obediente às regras, submisso, que se torna um corpo dócil.

Para a constituição desse sujeito, existem técnicas que são pensadas, calculadas, organizadas (Foucault, 2014). Observou-se, nesta análise, que, dentre das multiplicidades de

² Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

formas de dominação, há as propagandas: uma técnica, pensada, calculada e organizada pelo poder dominante.

Nessa perspectiva, a sujeição dos corpos, por meio dos discursos com efeitos de verdades, e que são transmitidos na propaganda governamental, foi um processo contínuo nos anos de 2016 e 2017 com a intenção de produzir um sujeito assujeitado, moldando os seus gestos, os seus comportamentos, tornando-os, assim, corpos úteis, submissos e obedientes ao discurso do macropoder, o poder do Estado.

4. O Poder em Foucault

Para Foucault (2018), o poder é bastante complexo, pois além do poder estar no Estado, ele também está pulverizado na sociedade por meio dos micropoderes. Para o filósofo, a estrutura do Estado funciona bem devido às pequenas relações de poderes (os micropoderes).

Embora o poder não tenha sido o tema central nas pesquisas de Foucault, o autor afirma que se envolveu bastante com as questões relacionadas ao poder (Foucault, 1995). Para o autor, o indivíduo é colocado em situações complexas de poder, nas quais essas relações tornam o indivíduo um sujeito acrítico ao discurso de poder. Nessa situação, o poder busca realizar o disciplinamento dos corpos e formação de sujeitos subservientes e úteis (Foucault, 2014).

Foucault (2018, p. 231) comenta que não existe possibilidade do exercício de poder sem que haja um saber também: “não é possível que o saber não se engendre no poder”. Mas, onde há poder, há também as possibilidades de resistências.

Nota-se, então, que o poder do MEC está relacionado ao saber educacional. E como bem argumenta Foucault (2018), o poder tem seus mecanismos, suas estratégias, suas técnicas. Nesse sentido, o poder exercido pelo MEC, com os seus mecanismos de saber(es), faz emergir discursos que são criados e difundidos como se fossem verdadeiros, isto é, discursos que têm efeitos de verdade.

Foucault (2018) não minimizou a importância e a eficácia do poder estatal. Todavia, o autor discerniu que nem todos os mecanismos e efeitos de poder passam necessariamente pelos aparelhos de Estado. Esses mecanismos de poder disseminados por ações cotidianas, muitas vezes, sustentam, reproduzem, elevam e auxiliam a eficácia do poder governamental ao máximo.

Nesse sentido, o poder está disseminado e articulado com poderes locais, circunscritos em pequenas áreas de ações, como bem expressa Foucault (2018). O poder existe nas relações cotidianas, como por exemplo, o médico e o paciente, o pastor e os fiéis, o patrão e o empregado, o carcereiro e o detento. Esses são exemplos dos micropoderes que estão inseridos nos mais diversos espaços.

Foucault (2018) buscou compreender qual é a intenção do poder investida em práticas reais, onde ele se implanta, e produz efeitos reais. Assim, a campanha publicitária do MEC e do Governo Federal produzem discursos com efeitos de verdades sobre a reorganização do Ensino Médio. Para isso, utiliza em sua propaganda o slogan: “com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro”, produzindo, como efeito de verdade, os sentidos de que todo estudante, a partir de então, terá, de fato, a oportunidade de decidir seu futuro.

5. Discursos de Poder Governamental: “Com o novo Ensino Médio, você pode decidir o seu futuro”

A propaganda tem início com a imagem de uma família tradicional composta por um casal heterossexual (marido e esposa) e um filho. Eles estão reunidos em casa. Nessa residência, a sala e a copa são ambientes integrados, possibilitando, assim, o convívio entre os membros da família. As imagens mostram que o pai e o filho estão na sala; o primeiro está lendo uma revista, o segundo assistindo televisão; a mãe está tomando café na copa.

Observa-se que o jovem está atento à propaganda que está sendo transmitida na televisão sobre o “novo” Ensino Médio. Nesse caso, há o uso da metalinguagem que é a linguagem expressando a própria linguagem, isto é, a propaganda inserida dentro da propaganda.

Foucault (1995) anuncia que as estratégias são os mecanismos empregados nas relações de poder para a obtenção de um objetivo. Percebe-se, assim, que, ao utilizar, como estratégia do poder, o recurso da metalinguagem na propaganda, o discurso governamental transmite, ao mesmo tempo, duplos discursos (similares) para a criação de “verdades” sobre o “novo” Ensino Médio (Santos, 2019).

Compreende-se que o poder é parecido com um jogo, nesse sentido, Foucault (1995) argumenta que o poder tem suas estratégias e suas técnicas para conseguir o seu objetivo, vencer o jogo e conduzir a ação dos outros.

Diante dessa reflexão, argumenta-se que o MEC e o Governo Federal utilizaram, como estratégia do poder, a duplicidade dos discursos na propaganda governamental, tendo como

objetivo conduzir a ação de professores, alunos, pais e de todos os espectadores para a aceitação da reorganização do Ensino Médio pela imposição da MP nº 746 de 2016 que deu origem à Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Conforme bem afirma Foucault (2018), o poder é produtivo. Ele produz o objeto por meio de seus discursos. Reflete-se, então, que para a criação do sujeito assujeitado o macropoder utilizou-se de relações de micropoderes para disseminar o seu próprio discurso, com efeitos de verdade.

Percebe-se que as duas peças publicitárias, que são apresentadas simultaneamente, apresentam dois cenários que representam modelos de micropoderes. Uma propaganda mostra a relação de poder na entre professores e alunos, a outra mostra a relação de poder entre pais e filho.

Dito isso, apreendeu-se com Foucault (1995) que há diversas maneiras para que as relações de poder se estabeleçam a partir de lugares específicos. Para ele, os ajustamentos das atividades, da comunicação e das relações de poder permitem uma regularidade. O autor cita, como exemplo, a instituição escolar que possui modelos de organização do espaço, é regida por regulamentos e normas, cada indivíduo tem seus gestos e comportamentos bem definidos. Conforme o autor:

Uma instituição escolar: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definido – tudo isto constitui um “bloco de capacidade-comunicação poder. A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais de valor de cada um e de níveis de saber) e através de uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal) (Foucault, 1995, p.241).

Compreendendo o que os estudos foucaultianos nos alerta, nota-se que a propaganda, a qual o jovem assiste, mostra a imagem de organização espacial de uma escola: a sala de aula. As normas que regem esse espaço são do paradigma da escola tradicional, visto que as carteiras estão enfileiradas, e os alunos estão sentados um atrás do outro, o professor se posiciona, em pé, em frente aos alunos para ministrar a disciplina.

A função da professora, no caso mostrado na propaganda, é mostrar o conteúdo sobre a reorganização do Ensino Médio, no qual o MEC e o Governo Federal denominam de “novo Ensino Médio” (como aparece em letras garrafais na tela da televisão – Imagem 2).

O papel da personagem (materializado na imagem da professora) é convencer o espectador que a reorganização do Ensino Médio é algo bom para os alunos e que um “novo” Ensino Médio está surgindo. Mas, referente a esse discurso com efeitos de verdade há resistência. Pesquisadores da área da Educação contra argumentam que a MP nº 746/2016 (e, consequentemente a lei originada por ela) não tem nada de novo, pois:

Retoma-se, de forma mais regressiva, princípios da Reforma Capanema dos anos de 1940 e das Leis n. 5.692/1971 e 7.044/1982, produzidas igualmente em contextos antidemocráticos. Tais medidas do passado e do presente correspondem, no plano da cultura, ao movimento da economia marcada pela contradição capital e trabalho (Ramos & Frigotto, 2016, p.30).

Moura e Lima Filho (2017) argumentam que a Lei nº 13.415/2017 (re)configura a direção do Brasil para uma nova fase de regressão dos direitos sociais. O Ensino Médio, nessa legislação, fortalece a educação dual, na qual os alunos da classe média e alta serão preparados para o Ensino Superior enquanto os alunos, filhos de pais da classe trabalhadora, serão preparados para atender ao mercado de trabalho.

Motta & Frigotto (2017, p.355) denunciam que a Lei nº 13.415/2017 nega “os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar o funcionamento do mundo das coisas e da sociedade humana”. Assim, a educação se vincula a uma educação fragmentada e deficitária no que tange ao conhecimento científico, cultural e emocional dos estudantes.

Averigua-se, por meio da imagem materializada na propaganda, que tanto a professora quanto os alunos estão bem posicionados em seus lugares, cada um exercendo a sua função (professor/aluno). O modelo mostrado é voltado para a educação bancária (Freire, 2015), na qual se observa que a professora é quem diz a palavra e os estudantes, cuja posição está bem definida, demonstram que estão escutando docilmente o que a professora expõe.

Sendo assim, no discurso governamental mostrado na linguagem verbal (escrita e falada) e não-verbal (as imagens), o MEC e o Governo Federal conduzem à formação do aluno passivo, ingênuo, ajustado ao mundo (Freire, 2015). Essa prática discursiva governamental produz o sujeito assujeitado, isto é, aquele sujeito que aceita os discursos alheios sem sequer duvidar dessas práticas discursivas.

Voltando à reflexão sobre a estratégia do poder governamental, do macropoder, o discurso transmite, ao mesmo momento, duplos discursos para a criação da “verdade” sobre o “novo” Ensino Médio. A locutora da propaganda afirma: “... *optar pela formação técnica*”

profissional, caso queira concluir o ensino e já começar a trabalhar! Acesse o Site e participe das discussões. Agora é você que decide o seu futuro”.

Analisando a propaganda do MEC e do Governo Federal percebeu-se que a peça publicitária enfatiza o itinerário formativo da Formação Técnica e Profissional, pois a ênfase desse itinerário aparece tanto no início da propaganda quanto no final dela.

Ramos & Frigotto (2016) argumentam que o modelo de educação proposta por Michel Temer e seus aliados é uma concepção de ensino fragmentada e reducionista. Diante do exposto, reflete-se sobre a materialização do discurso sobre o itinerário Formação Técnica e Profissional, esse discurso com efeitos de verdades subjetiva o jovem a acreditar no discurso governamental que afirma que o estudante que “*queira concluir o ensino e já começar a trabalhar*” pode escolher a Formação Técnica e Profissional.

De acordo com Santos (2019), o uso do advérbio de tempo – “já” – induz o enunciatário (estudante) a optar por esse itinerário uma vez que o discurso com efeito de verdade do macropoder faz com que o jovem acredite que terá uma vaga no mercado de trabalho imediatamente após a terminalidade do Ensino Médio. A autora alerta que o discurso com efeitos de verdade oculta em quais setores o jovem irá trabalhar e quais as condições de serviço em que ele será inserido.

O poder Governamental cria a “verdade” que o estudante que preferir “concluir o ensino” e “já começar a trabalhar”, irá consegui-lo. O itinerário da Formação Técnica e Profissional seria uma boa opção para a construção do futuro do jovem. Entretanto, de acordo com pesquisas de Santos (2019), a Formação Técnica e Profissional isolada dos conhecimentos gerais e desvinculada do conhecimento científico desenvolve capacidades apenas instrumentais.

Ramos & Frigotto (2016, p. 45) alertam que “os argumentos de que o ensino médio será mais flexível e que atende aos interesses de escolhas dos jovens para mais rapidamente se inserirem no mercado de trabalho, são falsos e de um cinismo desmedido”.

Ramos & Frigotto (2016) resistem a esse discurso do poder Estatal (transmitido pela personagem que interpreta a professora). Eles denunciam que a MP nº 746/2016 é uma contrarreforma, pois é contrária aos direitos dos jovens da classe trabalhadora, bem como quanto ao acesso aos conhecimentos científico, político, social, cultural e ético. Segundo eles, essa contrarreforma

atende ao pensamento reacionário de que nem todos têm capacidade para o ensino superior ou, na pior das hipóteses, devem ser condicionados para aquelas áreas de

menor prestígio econômico. A MP, pelo teor de um ensino médio de conhecimentos mínimos, restringe as escolhas de acesso ao ensino superior. Ao contrário de facilitar a entrada no mercado de trabalho condena a maioria dos jovens da classe trabalhadora, empregado ou não, ao trabalho simples de pouco valor econômico (Ramos & Frigotto, 2016, p. 45).

Investigando o comportamento do jovem, protagonista da propaganda (que assiste à propaganda em seu ambiente familiar), nota-se que ele se engaja ao discurso do macropoder reproduzido na propaganda. Sendo assim, após assistir ao discurso governamental, por meio da propaganda na TV, o jovem diz: “*O ensino tem tudo pra ficar mais estimulante, e com mais liberdade pra gente escolher o nosso futuro*”. O jovem “reproduz o discurso do macropoder” de forma “irreflexiva”.

A afirmação e a repetição do discurso sobre o “novo” Ensino Médio foi uma estratégia de macropoder para modelar o comportamento dos sujeitos. Essa técnica de poder faz com que o espectador que está assistindo à propaganda intitulada *com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro* repita o comportamento do protagonista dessa propaganda, aceitando e reproduzindo o discurso do MEC e do Governo Federal sem nenhum discernimento.

Assim, esse sujeito assujeitado (criado pelos discursos com efeitos de verdade) se atrela à reprodução do discurso do MEC e do Governo Federal. Desse modo, o sujeito, acomodado e assujeitado pelo discurso alheio, é peça fundamental para a reprodução e a disseminação na sociedade dos discursos com efeitos de verdade do macropoder referente à reorganização do Ensino Médio.

Ainda pensando sobre o discurso do protagonista “*o ensino tem tudo pra ficar mais estimulante, e com mais liberdade pra gente escolher o nosso futuro*” (Grifo nosso), nota-se que o discurso com efeitos de verdade é o de que a mudança trará estímulos para a aprendizagem. Nessa perspectiva, o estudante será incentivado a realizar os seus estudos, pois poderá “escolher” entre os cinco itinerários formativos de seu interesse e, mesmo na adolescência, poderá decidir sobre o próprio futuro.

De acordo com o Artigo 36 da Lei 13.415/2017, os itinerários formativos são Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Formação Técnica e Profissional. Analisa-se que, na legislação citada, não há obrigatoriedade de que o Sistema de Ensino ofereça os cinco itinerários, pois os itinerários serão ofertados de acordo a relevância para o contexto local e conforme as possibilidades de cada Sistema de Ensino. Então, o discurso

governamental é um engodo, pois como foi destacado anteriormente, não haverá “escolhas”, e sim, aceitar o itinerário que o Sistema de Ensino tiver disponível para oferecer.

Foucault (1995, p.244) explicita que o poder para ser exercido sobre o sujeito, é preciso que haja a “liberdade”; o poder age sobre os corpos de sujeitos “livres”, isto é, “sujeitos individuais e coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”.

Diante desse exposto, discerniu-se que o poder do MEC e do Governo Federal, estrategicamente, soube bem aproveitar a temática da “liberdade” para produzir os seus discursos com efeitos de verdade na campanha publicitária sobre a mudança da legislação do Ensino Médio.

Observou-se que, após o discurso da locutora “*Agora é você quem decide o seu futuro*”, há uma repetição imediata do jovem (protagonista da propaganda), que diz: “*o ensino tem tudo para ficar mais estimulante, e com mais liberdade pra gente escolher o nosso futuro*”. Assim, o discurso do macropoder produz a “verdade” que o estudante, diante de um campo de possibilidades, terá a liberdade e o poder de decisão sobre o próprio futuro.

De acordo com Foucault (2018), a família é uma instância de micropoderes. No ambiente familiar existem microrrelações de poderes entre os seus integrantes, pois o poder se exerce de uns sobre/entre os outros. Nesse espaço, existe o funcionamento de poder no nível de sujeição, que são os processos contínuos que sujeitam os corpos, orientando os seus gestos, regendo o modelo de comportamentos que deve ser seguido, tornando-os, assim, sujeitos dóceis e acrílicos (aptos à obediência).

As cenas da propaganda materializam um ambiente familiar harmonioso, sendo que os componentes da família estão reunidos em uma casa confortável (nota-se que a maior parte das famílias brasileiras não têm acesso à moradia apresentada na propaganda). Nessa casa, os moradores têm acesso à tecnologia – instrumentos, destacamos, que nem todos os brasileiros possuem.

A relação entre os membros da família é dialógica (isso nem sempre é possível nos lares brasileiros). Todos eles “se preocupam” com a Educação brasileira. Os pais e o filho estão conversando entusiasmadamente sobre a reorganização do Ensino Médio, apoiando a mudança da legislação proposta pelo governo e reproduzindo o seu discurso.

Essa materialização das imagens na publicidade é uma estratégia do macropoder, que busca a subjetivação do espectador e de sua família. Nesse sentido, o poder do MEC e do Governo Federal pretende agir sobre a ação dos espectadores, conduzindo o comportamento

deles para a aceitação das mudanças na legislação do Ensino Médio, assim como age a família representada na propaganda (conforme, também, Santos, 2019).

Neste sentido, atentamo-nos, também, para o discurso não-verbal representado pelas vestimentas dos personagens. O modelo da camiseta que o jovem está usando é, aparentemente, confeccionada em um tecido confortável, a manga é curta, tem lavagem com efeito degradê nos tons azul claro e azul marinho, a gola é arredondada, tem a cor azul marinho e há um frase escrita em língua inglesa com letras grandes garrafais: GOOD VIBES. Esta frase, traduzida para a língua portuguesa, significa *boas vibrações*. As cores da camiseta, em tons azuis, nos remete ao azul celeste do dia e da noite entrelaçado pela frase *Good vibes*, e gera efeitos de sentido de que a legislação aconteceu de forma pacífica em um ambiente político e social harmonioso e de boas vibrações.

O MEC e o Governo Federal, conforme analisa Santos (2019), utilizaram como estratégia de poder o uso da vestimenta do adolescente, na qual apresenta, por meio da linguagem verbal (*good vibes*) e não-verbal (as cores e o estilo confortável da vestimenta), um discurso com efeitos de verdade de que MEC e o Governo Federal realizaram a mudança na legislação educacional em um ambiente político confortável relacionado à boas vibrações, a boas intenções, e a bons sentimentos.

O macropoder teve a pretensão de subjetivar o indivíduo utilizando a estratégia discursiva de que a mudança da LDBEN nº 9.394/1996, no que tange ao Ensino Médio, acontece sob bons pensamentos e sob energias positivas. Observa-se, então, que o poder é produtivo, que produz a “verdade” sobre a legislação que reorganiza a última etapa da Educação Básica. Nessa direção, Santos (2019) expõe que poder governamental vigente dissemina o discurso com efeitos de verdade e que a Lei nº 13.415/2017 é uma mudança positiva.

Embora o discurso com efeitos de verdade do MEC e do Governo Federal dissemina que a legislação surgiu por meio “democrático” e por “boas vibrações”, de modo pacífico e aceitável, analisou-se que diversos pesquisadores da área Educacional no Brasil contrapõem-se a esse discurso. Indignados, na verdade, denunciam que a tanto a MP 746/2016 quanto a Lei nº 13.415/2017 são contrarreformas na legislação no que se refere ao Ensino Médio. A MP emergiu com o golpe de Estado que aconteceu em 31 de agosto de 2016, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e, conseqüentemente, com a subida ao poder governamental do vice-presidente, Michel Temer. Há pesquisadores que defendem que o *impeachment* foi um golpe político.

Para Motta & Frigotto (2017), o *impeachment* da presidente Dilma Roussef foi um golpe consumado em 31 de agosto e que teve apoio da mídia empresarial e o apoio do judiciário. Foi um golpe contra a classe trabalhadora brasileira em benefício do grande capital financeiro.

Percebe-se, assim, que o discurso com efeitos de verdade sobre a “reorganização” do Ensino Médio não condiz com os fatos vivenciados em 2016, pois havia uma turbulência política e uma luta acirrada para adquirir o poder político. Enfim, contrário ao que a propaganda enuncia.

Com o golpe e a promulgação da legislação em 2017, o presidente Michel Temer e seus aliados negam para a maioria dos brasileiros o acesso ao conhecimento e a diversas e diferentes áreas do saber: as treze disciplinas das quais os alunos tinham acesso obrigatório foram reduzidas para, pasmem, cinco itinerários, podendo o aluno “optar” por apenas *um* itinerário formativo!

A Lei está abrigada por uma racionalidade maior, que alberga um conjunto de medidas em curso ou em elaboração, cujo objetivo é reconfigurar o Estado Brasileiro no sentido de torná-lo ainda “mais mínimo” para regular os interesses do grande capital nacional e internacional, especialmente o financeiro/especulativo (Moura & Lima Filho, 2017, p.111).

O poder governamental espalha que a proposta do “novo” Ensino Médio será um ensino viável que contemplará os desejos dos jovens estudantes que poderão “escolher” entre os cinco itinerários formativos (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Formação Técnica e Profissional).

O fato é que a letra de Lei nº 13415/2017 expõe no Artigo 36 que esses arranjos curriculares dependerá da possibilidade dos Sistemas de Ensino em oferecê-los. Nesse contexto, nota-se a hipocrisia do macropoder em seu discurso com efeitos de verdade.

Quanto à vestimenta do pai, ele está com uma bermuda de cor neutra (acinzentada), com bolsos nas laterais e largas nas pernas. Veste uma camiseta de malha amarela. Observa-se, no Brasil, em períodos de jogos da seleção brasileira que há um aumento significativo de uso de camisetas amarelas, demonstrando a confiança que os torcedores têm nos jogadores da seleção; a camiseta amarela simboliza o amor à Pátria e a união do povo brasileiro que busca conseguir um objetivo. Assim, a camiseta amarela, como simbologia de brasilidade, é, muitas vezes, incorporada aos discursos de candidatos a um cargo político. Nas campanhas políticas

eleitorais para o cargo de Presidente da República a camiseta amarela simboliza a brasilidade e amor ao Brasil. Por exemplo, foi usada nos discursos de Fernando Collor de Mello, em 1989, e nos discursos de Jair Messias Bolsonaro, em 2018.

A camiseta amarela também aparece em manifestações de rua associadas à identidade do povo brasileiro e ao patriotismo, como por exemplo, no ano de 2016, no processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rouseff, em que manifestantes foram às ruas para manifestarem a favor desse ato.

Quando a propaganda do MEC e do Governo Federal materializa cenas do pai vestindo a camiseta amarela, os efeitos de sentido produzidos é de que há um espírito de coletividade, e que a população está unida por elementos que a caracterizam, como por exemplo, a origem, os valores, a política, a cultura, a maneira semelhante de pensar (Guedes & Silva, 2019).

Reflete-se, então, que o discurso do MEC e do Governo Federal produz efeitos de verdade, isto é, de “amor à pátria”. É pseudodiscurso sob o véu do amor à nação; observa-se, na verdade, que o macropoder pretende ofertar para os jovens um ensino fragmentado e acrílico.

Enfim, destacamos que o poder governamental negligencia diversas áreas de conhecimentos, reduzindo de treze disciplinas para apenas cinco itinerários formativos, sendo que o aluno cursará apenas um! Além disso, não há obrigatoriedade, segundo a Legislação, para que os Sistemas de Ensino ofertem todos os cinco itinerários descritos na lei. Portanto, percebe-se claramente que o próprio Governo que deveria ofertar uma educação de qualidade retira esse direito dos jovens.

6. Considerações Finais

Após análise da propaganda “com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro” notou-se que o discurso com efeitos de verdade do macropoder foi reproduzido pelos discursos dos micropoderes, apresentados simultaneamente por meio da peça publicitária ora analisada.

Observou-se que o discurso governamental, reproduzido pela personagem que representava a professora, mostra que a mudança da organização referente ao Ensino Médio é algo promissor para o futuro dos estudantes. Além disso, o discurso com efeitos de verdade apresentado pela personagem almeja o assujeitamento dos corpos (no caso desse estudo alunos, professores, pais, os espectadores) fazendo-os acreditar que os jovens que optarem

pelo itinerário de Formação Técnica e Profissional terá uma vaga imediata no mercado de trabalho.

A fala do protagonista que atua na representação do jovem estudante (re)produz o discurso com efeitos de verdade que ele ouviu por meio da televisão. O jovem, então, expõe que por meio da reestruturação do Ensino Médio o aluno se sentirá incentivado para realizar seus estudos, uma vez que poderá escolher as áreas de seu interesse e, assim, decidir sobre o próprio futuro. Percebe-se, então, que os discursos com efeitos de verdade inseridos nas propagandas produzem o sujeito assujeitado que acredita que poderá ter a liberdade de “decisão” do próprio futuro. Porém, mediante a realização destes estudos, nota-se que o discurso governamental que produz os efeitos de verdade é uma falácia, pois analisou-se que o aluno não terá o poder de decisão, pois conforme a letra da Lei nº 13.415/2017, o Sistema de Ensino deverá oferecer o itinerário formativo de acordo com as suas possibilidades.

Os discursos verbal e não-verbal do macropoder que produzem efeitos de verdade materializam que a reorganização do Ensino Médio aconteceu em momentos de boas vibrações e situações políticas e sociais favoráveis para atender aos anseios educacionais dos jovens brasileiros, mas legislação em estudo, Lei nº 13.415/2017, retira da maioria dos jovens os direitos ao acesso do conhecimento científico e cultural produzidos pela humanidade. Além disso, pesquisadores da área educacional argumentam que a legislação só avançou após um Golpe político, jurídico e midiático.

Após as análises realizadas entendemos que aceitar o discurso governamental com efeitos de verdade, como se o discurso fosse a própria verdade, é de uma ingenuidade extrema, uma vez que é necessário analisá-lo mediante o contexto histórico, para posteriormente, poder aceitá-lo ou refutá-lo.

Por fim, é válido reiterar que este estudo não se esgota em si mesmo. Ainda se fazem necessárias outras análises críticas em relação ao discurso com efeitos de verdade produzido pelo poder governamental no que tange ao oferecimento da Educação Básica, para assim, buscar soluções de ensino e de aprendizagem que contemplem o conhecimento científico e cultural, essenciais e aos quais a maioria dos jovens brasileiros não possuem acesso de forma plena.

Referências

Brasil. (2020). Ministério da Educação – MEC. Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu Futuro. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=bIFgyTLIv4Q>.

Brasil. (2017). Ministério da Educação - MEC. Gastos com publicidade - Prestação de contas: Exercício 2017. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=57051-gastos-publicados-janeiro-2017-pdf&category_slug=fevereiro-2017-pdf&Itemid=30192.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, Hubert; Rabinow, Paul *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (2018). *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2015). *Pedagogia do oprimido*. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guedes, S. L. & Silva, E. M. A. da. (2019). O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. *Cuadernos de Aletheia En Memoria Académica*. n.3, 73-89. 2019. Recuperado de: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9691/pr.9691.pdf.

Koche, J. C. (2011). *Fundamentos de metodologia científica*. Petrópolis: Vozes. Recuperado de: http://www.brunovivas.com/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/K%C3%B6che-Jos%C3%A9-Carlos0D0AFundamentos-de-metodologia-cient%C3%ADfica_-_teoria-da0D0Aci%C3%A2ncia-e-inicia%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-pesquisa.pdf

Moura, D. H. & Lima Filho, D. L. (2020). A reforma do Ensino Médio: regressão de direitos sociais. *Revista Retratos da Escola*. Brasília (DF), v. 11, n.20, p. 109-129, 2017. Recuperado de: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760/pdf>.

Motta, V. C. da & Frigotto, G.. (2017). Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade*, Campinas , v.

38, n. 139, p. 355-372. Recuperado de:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200355&lng=pt&nrm=iso.

Pereira, A.S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Ramos, M. N. & Frigotto, G. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016. Recuperado de:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207>.

Santos, E. C. A. dos. (2019). *Ensino Médio em questão: Análise do discurso sobre a campanha publicitária do MEC e do Governo Federal em 2016/2017*. Orientador: Welisson Marques. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba-MG. Recuperado de:
<https://iftm.edu.br/uberaba/cursos/posgraduacao-stricto-presencial/educacao-tecnologica/dissertacoes>.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Elia Cristina Alves dos Santos – 70%

Luciano Marcos Curi – 5%

Welisson Marques – 25%